

Um orçamento realista. Para ministro nenhum botar defeito.

Um novo sistema de indexação deverá ser instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), a ser aplicado no momento do desembolso dos recursos previstos no Orçamento da União deste ano, que está sendo inteiramente revisto pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Com a nova sistemática, o governo pretende sentir-se muito à vontade para realizar cortes profundos no orçamento e, segundo se afirma no Palácio do Planalto, nenhum ministro poderá mais alegar que resiste aos cortes porque a execução financeira é assentada em bases fictícias.

O novo sistema de indexação a ser seguido na execução orçamentária da União para 1988 será setorial, adequado à realidade de custos de cada rubrica lançada na lei orçamentária.

Assim, todos os gastos orçamentários referentes ao pagamento de serviços (juros e amortizações) de dívida interna, na hora do desembolso do recurso, serão reajustados segundo a variação da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional) no período compreendido entre o lançamento do recurso e o desembolso efetivo.

Os gastos com pessoal, lançados no novo orçamento, ficarão sujeitos a correção monetária com base na URP (Unidade de Referência de Preços). Os gastos das rubricas referentes ao serviço da dívida externa serão corrigidos com base na variação cambial e da Libor (taxa preferencial do mercado interbancário de Londres), enquanto os gastos com material e serviços, de um modo geral, serão corrigidos com base no IPC (Índice de Preços ao Consumidor).

Ministros reagem

"Não concordo com o corte de dez centavos do orçamento". Essa foi a reação do ministro Paulo Brossard, da Justiça, ao comentar a nova tentativa do governo de reduzir o déficit público via corte dos gastos da máquina administrativa. De acordo com ele, o Ministério da Justiça "não é tratado a pão e água. É tratado a água", porque até seu único fotógrafo foi requisitado pela Casa Civil, e seu quadro funcional foi reduzido de 1.936 para 1.196 servidores.

Segundo Brossard, a Justiça precisa de somente 12 apartamentos funcionais para abrigar seus funcionários, mas dispunha de apenas seis e, agora, dois desses apartamentos "sumiram". O ministro diz que não sabe como é a administração dos apartamentos funcionais, mas sabe que cerca de mil apartamentos da União, em Brasília, estão "indevidamente" ocupados por pessoas que deixaram o serviço e não entregaram as chaves.

"Não vou admitir que o Ministério da Fazenda corte em absoluto nada dos orçamentos dos programas do meu ministério", afirmou ontem o ministro da Educação, Hugo Napoleão. Napoleão já recebeu do ministro da Fazenda, Máílson da Nóbrega, a instrução para estudar e sugerir os gastos supérfluos de seu ministério que ainda possam ser cortados. Na próxima segunda-feira, ele tratará desse assunto com o secretário-geral do seu ministério, Luiz Bandeira.

Napoleão diz que tentará atender à solicitação da Fazenda. "Não sei se conseguirei. Ao que me consta, não existe mais nada supérfluo no ministério da Educação."

O orçamento do ministério da Agricultura para despesas de pessoal e custeios administrativos estará "estourado" já a partir do mês de junho. Isso dificultará a realização de novos cortes em seu orçamento. "Vamos fazer o esforço necessário para realizar os cortes", disse um assessor do ministro Íris Rezende, embora reconhecesse que "fica difícil abordar esse assunto diante de um nível de inflação mensal elevada".

O ex-ministro do Planejamento, deputado Delfim Neto, afirmou ontem que "os gastos sociais são o maior desperdício do governo. Basta tomar conhecimento de relatório do Banco Mundial, para ver como essas verbas chamadas de sociais são jogadas no lixo". Ele manifestou descrença de que ministros da chamada área social reajam aos cortes nas despesas para conter o déficit público:

"Não creio possa haver ministro que resista à decisão do presidente da República. O que acho, porém, é que, com pequena melhoria do desempenho administrativo, poder-se-ia fazer o que se faz com metade da verba. É que 50% a estimativa do desperdício. Basta verificar o que acontece com a merenda escolar ou com o programa do leite. Se colocarmos ali metade da verba, não sacrificaremos nada do serviço".